

Notas e Informações

Educação, assunto de todos

Na verdade, ainda que se queira condenar os professores secundários pelo prejuízo real que a greve causa aos discípulos, há mais de mês sem aula e sem saber como ocupar o tempo — há algumas semanas, nesta página, referíamos-nos ao drama da mãe de um aluno, que no início da greve já via o filho começar a acostumar-se ao ócio; ainda que seja necessário lembrar a todos eles o sentido mais alto de sua missão pedagógica; ainda que se pretenda que compreendam sua função de *mestres*, e que uma de suas lições é o respeito à lei e ao próximo; não há como não reconhecer que o governo paulista contribuiu, e muito, para que a situação chegasse onde chegou e para fortalecer — por que não admiti-lo? — o espírito de mobilização dos professores.

No editorial a que nos referimos, falávamos no estado de descalabro a que chegou o ensino público no Estado de São Paulo, e apontávamos o escárnio que representava, em inícios de maio, um professor público estar ganhando o correspondente a NCzs1,90 por aula!!! Quando o aviltamento salarial chega a esse ponto, não é o que o professor percebe que é pouco; é a própria profissão que está sendo humilhada pelo governo e, por extensão nas democracias, pela sociedade. A greve dos professores estende-se por 44 dias pelo simples fato de que a educação não é valorizada pela sociedade, e o ensino público — grande conquista da ação dos liberais nos anos 30 e depois nos 50 — passou a ser sinô-

nimo de refúgio dos que não são política e socialmente importantes. Por não considerar a educação como um dos diamantes da coroa, a sociedade não percebe que os professores que estão em greve no fundo também desejam que a profissão de transmitir o acervo cultural às jovens gerações — em teoria, espera-se, adequá-las às realidades do mundo moderno — seja vista pelos poderes públicos como algo sério.

O governo paulista escuda-se em argumentos técnicos para dizer aos professores que não pode atender a suas reivindicações: não há dinheiro! Não só mata a cobra, como mostra em seguida o pau: os secretários da Fazenda, aproveitando as facilidades constitucionais, acabam de aumentar o ICMS incidente sobre combustíveis a fim de aumentar a arrecadação. Sucede, porém, que o argumento técnico sobre o qual se funda o governo para ser intransigente — tendo cedido dentro de limites que reputa intransponíveis — condenará os professores a padecer eternamente da mesma degradação a que estão submetidos desde 1967, quando para todo o ensino — do primário ao universitário — começou o aviltamento dos salários. Se é o comprometimento do orçamento em mais de 80%, da receita do ICM com gastos com funcionalismo que impede dar aos professores uma remuneração condigna, em que mês e ano será possível fazer que uma reavaliação de funções, ou a adoção de uma política de austeridade,

ou de qualquer *política* permita dar aos professores aquilo que merecem? Os que têm acompanhado a anunciada reforma administrativa realizada pelo governo paulista sabem que esses mês e ano devem recuar no tempo. Se assim é, como fazer para resolver isso que se configura um verdadeiro *impasse*?

Na verdade, governar é escolher — para repetir o mote famoso de um grande político francês. Se tivesse desde o início sua atenção voltada para tratar a educação como deve ser cuidada, o governo paulista teria tido tempo de estabelecer prioridades, escolher entre obras de fato realizadas ou apenas fartamente anunciadas e o ensino público. Compreende-se que o governador tenha feito a opção pelas obras e seus anúncios, pensando numa eleição que não o favoreceu; compreende-se que, perdida esta oportunidade, não lhe interesse a situação educacional do Estado. O que não se compreende é que os milhares de alunos sem aula, os milhares de pais que não sabem como impedir que seus filhos se acostumem ao ócio, não saibam defender junto ao Executivo os seus interesses, que neste caso específico se confundem com os do ensino público e não apenas com a reposição de aulas em julho e dezembro.

A questão da educação não é apenas um assunto a ser discutido entre os professores e o governo. É de toda a sociedade.